



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

**MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900.42/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2.479/2026**

## **PREÂMBULO**

O Município de Jacarezinho, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, e sob a responsabilidade das Pregoeiras Ana Paula Formagio, Ana Luiza Corrêa e Elaine Cristina Consolin, designadas pela Portaria 3863 de 06 de janeiro de 2026, torna público que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com o **CRITÉRIO DE JULGAMENTO – MENOR DIVISOR**, no local e horário a seguir, em atendimento ao Processo Administrativo nº 2.479/2026 e com a respectiva autorização do **Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Marcelo José Bernardeli Palhares**.

### **INFORMAÇÕES GERAIS**

**INÍCIO DA SESSÃO**

**DATA: 14/07/2026 HORÁRIO: 09h00min**

**UASG 926552 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREZINHO/PR**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO**

**SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO:**

**SISTEMA DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL – COMPRAS.GOV.BR**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras/pt-br>**

Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

OBSERVAÇÃO: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.

## **1. DO OBJETO**

1.1. A presente contratação tem por objeto a seleção de instituição financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, em caráter de exclusividade, para a prestação de serviços de centralização, processamento e pagamento dos créditos provenientes da folha de pagamento salarial dos servidores públicos ativos, pensionistas do Município de Jacarezinho/PR;

1.2. O objeto desta licitação será **POR ITEM**, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I).

1.3. O **ITEM** é de **AMPLA DISPUTA**, destinado à participação dos interessados que atendam aos requisitos deste Edital, inclusive MEI, ME ou EPP.

## **2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
PREGÃO ELETRÔNICO

- 2.1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 2.438.810,64 (Dois milhões quatrocentos e trinta e oito mil oitocentos e dez reais e sessenta e quatro centavos)**, na forma indicada no Termo de Referência.
- 2.2. Considerando que a presente contratação não implica desembolso financeiro por parte da Administração, não há dotação orçamentária a ser indicada, uma vez que se trata de receita decorrente da venda da folha de pagamento.
- 2.3. Os valores ofertados pela instituição financeira vencedora constituirão ingresso de receita pública, a ser contabilizada conforme orientações da unidade de contabilidade e finanças do órgão, observando-se a classificação da receita pertinente e as normas aplicáveis.
- 2.4. O edital divulga o valor de referência (R\$ 2.438.810,64) e a fórmula de cálculo, sendo vedado ao licitante apresentar valor em reais diretamente. Todas as propostas e lances serão expressos em divisor com até 2 (duas) casas decimais.

## DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO – MENOR DIVISOR

O julgamento será pelo **MENOR DIVISOR**, conforme seguinte sistemática:

- a) O licitante deverá apresentar, em sua proposta inicial, um **divisor** (número decimal com até 2 casas, ex.: 0,95).
- b) O valor final da outorga a ser pago ao Município será calculado pela fórmula:  
**Valor da outorga = Valor de referência (R\$ 2.438.810,64) ÷ Divisor ofertado**
- c) Quanto **menor** o divisor, **maior** será o valor pago ao Município.
- d) Será declarada vencedora a proposta que apresentar o **menor divisor**, desde que igual ou inferior a 1,00.

### Exemplo ilustrativo (não vinculante):

Divisor ofertado	Cálculo	Valor pago ao Município
1,00	$2.438.810,64 \div 1,00$	R\$ 2.438.810,64
0,90	$2.438.810,64 \div 0,90$	R\$ 2.709.789,60
<b>0,80</b>	$2.438.810,64 \div 0,80$	<b>R\$ 3.048.513,30 (melhor)</b>
0,70	$2.438.810,64 \div 0,70$	R\$ 3.484.015,20

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.2. Os interessados em participar da licitação deverão atender às condições seguintes:

3.2.1. Credenciar-se previamente no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

3.2.2. Remeter, exclusivamente via sistema, a proposta com o divisor e, na hipótese de inversão de fases, os documentos de habilitação, até a data e hora marcadas para abertura da sessão;

3.2.3. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

3.2.4. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo agente de contratação OU pregoeiro de sua desconexão; e

3.2.5. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a exclusão do licitante do certame.

3.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº. 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123.

3.7. Somente poderão participar desta licitação as instituições financeiras devidamente autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.8. Não poderão participar desta licitação:

3.8.1. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

- 3.8.2. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.8.3. O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando estes forem os elementos técnicos fundamentais de licitação que versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.8.4. A empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.8.5. A pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.8.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- 3.8.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; e
- 3.8.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 3.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº. 14.133, de 2021.
- 3.8.11. O impedimento de que trata o item 3.8.10 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.8.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão.
- 3.8.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

3.8.14. O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.8.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.8.16. A vedação de que trata o item 3.8.10. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DA REFERÊNCIA DE TEMPO**

4.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

4.2. As sessões serão processadas em dias úteis, no período das 09h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00.

4.2.1. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, municipais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Boletim Oficial do Município que interfiram no horário de funcionamento do órgão licitante.

4.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao pregoeiro informar, através do Sistema, a data e horário para retomada do pregão.

4.2.3. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

4.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

4.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 4.2 poderão ser alterados, cabendo ao agente de contratação informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada do pregão ou concorrência, através do Sistema.

4.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração Municipal.

## **5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

- 5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio eletrônico, através do endereço eletrônico:, [licitacao@jacarezinho.pr.gov.br](mailto:licitacao@jacarezinho.pr.gov.br) em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.
- 5.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo Pregoeiro no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.
- 5.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo Pregoeiro.
- 5.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 5.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.
- 5.6. No caso de recebimento via e-mail, em horário estranho ao funcionamento oficial da unidade responsável pelo acompanhamento da licitação, os prazos estabelecidos neste subitem começarão a correr no primeiro dia e hora úteis subsequentes ao registrado na correspondência eletrônica.

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
  - 6.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
  - 6.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
  - 6.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
  - 6.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema





# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
PREGÃO ELETRÔNICO

eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.7. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3., 6.4. ou 6.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final no cadastramento da proposta, observadas as seguintes regras:

6.12.1. O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de **0,01 (um centésimo) no divisor**, de modo que cada novo lance deverá obrigatoriamente reduzir o divisor ofertado em, no mínimo, 0,01 em relação ao seu próprio lance anterior ou ao melhor lance da disputa, conforme o caso.

*Exemplo ilustrativo:* Se o melhor lance registrado for 0,95, o próximo lance válido deverá ser, no máximo, 0,94; se o próprio licitante tiver ofertado 0,93 e quiser melhorar sua oferta, deverá ofertar, no máximo, 0,92.

6.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo parametrizado (quando estabelecido) e o intervalo mínimo de que trata o subitem 6.12.1, vedada a oferta de divisor superior ao melhor lance da rodada.

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.14. Divisor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, considerando que o critério



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

de julgamento adotado é o de Menor Divisor.

6.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

## 7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 7.1.1. Divisor (número decimal com até 2 casas) e valor total da outorga resultante da aplicação da fórmula prevista no edital;
- 7.1.2. Marca;
- 7.1.3. Fabricante;
- 7.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de

Referência;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

## 8. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES





# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
PREGÃO ELETRÔNICO

- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 8.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.3.2. A classificação inicial da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação OU pregoeiro e os licitantes.
- 8.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de **divisor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo estabelecido no item 6.12.1.
- 8.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 8.10. **MODO DE DISPUTA ABERTO**
- 8.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.12. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

- 8.13. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 8.14. Encerrada a etapa anterior o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente; ou em ordem decrescente.
- 8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação ou pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor original de sua proposta.
- 8.20. Em relação a itens para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 8.21. Nas condições acima, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.22. A melhor classificada nos termos do subitem anterior poderá encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática.
- 8.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema realizará automaticamente um sorteio para definir qual fornecedor será convocado na sequência para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
PREGÃO ELETRÔNICO

8.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº. 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.25.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.25.2. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021;

8.25.3. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, nos termos do art. 60 da Lei 14.133/2021.

8.25.4. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, nos termos do art. 60 da Lei 14.133/2021, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no Estado do Paraná;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº. 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.25.5. Caso a regra prevista no subitem 8.25.4 deste Edital não solucione o empate, será realizado sorteio, nos termos da regulamentação municipal.

8.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado da classificação.

8.27. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.28. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.29. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

## 9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo **de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.2. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

- 9.3. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 9.4. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14, da Lei nº. 14.133/2021, e na cláusula terceira deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.
- 9.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e, também, de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 9.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será excluído, por ausência de condição de participação.
- 9.7. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 9.8. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 9.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- a) Contiver vícios insanáveis;
  - b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 9.10. A proposta de preços do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá conter:
- 9.10.1. Proposta de preços, contendo as informações do modelo do Anexo II deste Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação;
- 9.10.2. Preços unitários e totais, em real, em algarismo, com no máximo duas casas após a vírgula;
- 9.10.3. Constar quantidade de unidades para cada item; descrição detalhada do objeto - conforme o Edital: indicando, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso); e descrição do objeto deve atender o disposto no ANEXO I do Edital, vinculando-se à licitante;
- 9.10.4. Indicação de que nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.
- 9.11. As propostas readequadas, devem ser enviadas com os valores unitários com 2 (duas) casas decimais, sendo que o valor TOTAL do item não pode ser superior ao ofertado na etapa de lances, ou seja, só serão aceitas propostas que o valor unitário do item multiplicado pela quantidade, resulte em um



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

valor TOTAL igual ou inferior ao ofertado na fase de lances.

9.11.1. Caso os valores estejam em desacordo com o item acima, o Pregoeiro enviará via chat, os valores unitário e totais que serão considerados para o item.

9.12. No caso de aquisição de bens, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.12.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a cláusula 9.12, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.12.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.14. Erros no preenchimento da proposta ou da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta e/ou a planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.15. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.16. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **10. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

10.1. Os documentos previstos abaixo e no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70, da Lei nº. 14.133, de 2021.

10.2. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
PREGÃO ELETRÔNICO

período, contado da solicitação do Pregoeiro.

## 10.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

g) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.4.1. Os documentos constitutivos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## 10.5. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de regularidade fiscal perante a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Secretaria da Receita Federal;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão





# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

c) Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecida pela Caixa Econômica Federal – CEF, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS/CRF;

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## 10.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.6.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

a) Serão considerados aceitos como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

10.6.1.1.1. Publicados em Diário Oficial; ou

10.6.1.1.2. Publicados em Jornal; ou

10.6.1.1.3. Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da Sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.

b) O Balanço Patrimonial da Sociedade Anônima ou por Ações deverá ser o publicado





# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

em Diário Oficial, sendo que as de capital aberto deverão, ainda, vir acompanhadas de Parecer de Auditor(es) Independente(s). O Balanço Patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito no “Livro Diário” contendo identificação completa da empresa, de seu titular, e de seu responsável técnico contábil, acompanhado de seus respectivos Termos de Abertura e Encerramento. Os Termos deverão estar registrados na Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos.

c) Em caso de empresa que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis, deverá apresentar cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

d) As empresas que utilizam o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital somente estarão dispensados de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova da utilização da ECD – Escrituração Contábil Digital, acompanhado do recibo de entrega. Este documento é assinado digitalmente, o que supre a ausência de assinatura no balanço apresentado na licitação.

e) No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o Balanço patrimonial e demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício.

10.6.2. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial dos Sócios no domicílio da pessoa física, conforme artigo 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

10.6.2.1. Somente serão aceitas certidões emitidas pelo TJDFR para as empresas sediadas no Distrito Federal, pois sua abrangência não inclui os demais processos de âmbito nacional.

## 10.7. Para fins de **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA/OUTRAS COMPROVAÇÕES**:

10.7.1. Comprovar capacidade técnica para o processamento de folhas de pagamento de porte compatível, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços de processamento de folha de pagamento contemplando, no mínimo, 30% (trinta por cento) da quantidade total de servidores indicada no item Quadro de Dimensionamento constante do Termo de Referência (item 3.2), referente à Prefeitura Municipal de Jacarezinho.

10.7.2. Comprovação de regularidade perante o Banco Central do Brasil, nos termos da legislação aplicável.

10.8. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.9. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

em tradução livre.

10.10. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.11. Será verificado se o licitante apresentou no sistema declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.13. A documentação poderá ser apresentada em original ou por cópia simples, por meio do sistema. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

10.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.15. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

10.16. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.17. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.18. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.19. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, quando:

- a) Necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante;
- b) Para apuração de fato já existente à época da abertura do certame; ou
- c) Destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

- 10.19.1. Os documentos complementares, em fase de diligências, terão o prazo de envio estabelecido pelo Pregoeiro, via “chat”.
- 10.20. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.21. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 10.22. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 10.23. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.
- 10.24. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.
- 10.25. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

## **11. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA**

- 11.1. Aceita a proposta, a licitante será declarada vencedora em sessão pública e o resultado do julgamento será divulgado no sistema.

## **12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

- 12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.2. Quando o recurso apresentado for relativo ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação, a intenção de recorrer deverá ser registrada em campo próprio no sistema em até 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.
- 12.3. O prazo recursal será contado a partir da divulgação do resultado da etapa de habilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17, da Lei nº 14.133, de 2021, do julgamento das propostas.



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

- 12.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.5. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.6. Os recursos terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://jacarezinhocompramais.com.br/licitacao/?idModalidade=3>

## 13. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 13.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Anexo III.
- 13.2. A adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato ou confirmação do recebimento da Nota de Empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.
- 13.2.1. O prazo para assinatura do termo de contrato ou confirmação do recebimento da Nota de Empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária e desde que ocorra motivo justo, aceito pelo contratante, e que seja formulada antes do decurso do prazo assinalado.
- 13.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.
- 13.4. Na hipótese da cláusula acima, os licitantes remanescentes poderão ser convocados, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou retirar o instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 13.5. Caso nenhum dos licitantes aceite contratar nos termos previstos na cláusula 13.4, a Administração, observados o valor estimado, poderá:
- a) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 13.6. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato ou para retirada da ordem de



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

fornecimento, a contratante deverá consultar a regularidade da adjudicatária perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), o Cadastro do Município e o Cadastro de empresas punidas pelo TCE/PR e verificar a validade dos documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

13.7. Se não for possível atualizá-los por meio eletrônico, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata a cláusula 10, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação.

## 14. DA FORMA DE PAGAMENTO

14.1. A CONTRATADA pagará ao MUNICÍPIO DE JACAREZINHO o valor total da outorga ofertado na proposta vencedora, calculado com base no menor divisor apresentado, conforme fórmula estabelecida no edital.

14.2. O pagamento da outorga será realizado em **02 (duas) parcelas iguais** nos seguintes prazos:

- a) **1ª parcela (50%):** em até 10 (dez) dias úteis após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município e no PNCP;
- b) **2ª parcela (50%):** em até 10 (dez) dias úteis após o primeiro processamento da folha de pagamento realizado pela CONTRATADA, devidamente atestado pela fiscalização.

14.3. O pagamento será efetuado mediante **depósito identificado ou ordem bancária** em favor do Município de Jacarezinho, na seguinte conta corrente:

Banco do Brasil  
Agência 0100-7  
Conta Corrente 7.000-9  
CNPJ 76.966.860/0001-46

14.4. O comprovante de cada pagamento deverá ser entregue à Secretaria Municipal de Administração, no setor financeiro, no prazo de até 03 (três) dias úteis após a respectiva transferência.

14.5. A CONTRATADA emitirá nota fiscal eletrônica ou documento fiscal equivalente correspondente ao valor de cada parcela paga, para fins de registro e controle da receita pública. A nota fiscal deverá:

- a) conter os dados do contratante:

**Prefeitura Municipal de Jacarezinho**

CNPJ: 76.966.860/0001-46

Endereço: Rua Cel. Batista, 335 – Centro – Jacarezinho/PR – CEP 86.400-040;

- b) discriminar os tributos incidentes, se houver, observada a legislação fiscal aplicável.

14.6. A falta de pagamento de qualquer parcela da outorga no prazo fixado sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, sem prejuízo da rescisão contratual:

- a) Multa moratória: No percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, incidente sobre o valor total da outorga, limitada ao teto de 20% (vinte por cento), aplicável em caso de atraso no cumprimento das obrigações contratuais prazadas;



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

b) suspensão do direito de processar a folha até a regularização do pagamento, com responsabilidade da CONTRATADA pelos danos diretos e indiretos causados aos servidores;  
c) rescisão unilateral do contrato pela Administração, com retenção dos valores eventualmente já pagos a título de outorga, além da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

14.7. A Prefeitura Municipal de Jacarezinho poderá deduzir do montante a pagar – nos raros casos em que houver qualquer valor a ser restituído ou creditado pela Administração à CONTRATADA – os valores correspondentes a multas, indenizações ou compensações devidas pela contratada, nos termos deste Edital e do contrato.

14.8. A CONTRATADA não poderá cobrar do Município, sob qualquer pretexto, valores referentes aos serviços objeto da licitação, uma vez que a contrapartida financeira é unilateral (da contratada para o contratante), conforme expressamente previsto no Termo de Referência.

14.9. Em caso de atraso na emissão da nota fiscal ou no cumprimento de obrigações acessórias pela CONTRATADA, a fiscalização poderá reter o atesto para fins de quitação da parcela correspondente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

14.10. A quitação da parcela da outorga ocorrerá com o efetivo crédito dos recursos na conta bancária do Município, independentemente da emissão da nota fiscal, que servirá apenas como documento de controle interno.

14.11. Havendo erro na nota fiscal ou nos documentos de comprovação do pagamento, o prazo para regularização será de até 05 (cinco) dias úteis, contado da notificação da CONTRATADA, sob pena de aplicação da multa moratória prevista no subitem 14.6.

## **15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o processo e/ou execução do contrato;

15.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

d) Deixar de apresentar amostra; ou

e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.

15.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando





# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa;

15.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. Considera-se inexecução parcial, desde que o objeto ainda seja útil ao contratante:

a) o descumprimento de obrigação acessória;

b) a entrega em atraso do objeto contratado ou o retardamento da execução;

c) o descumprimento de cronograma; ou

d) a entrega parcial do objeto contratado em relação à quantidade ou às especificações e condições pré-determinadas.

15.3. Considera-se inexecução total:

a) o descumprimento da obrigação principal;

b) o cumprimento em atraso ou parcial da obrigação principal que a torne inconveniente ou desnecessária para a Administração;

c) a recusa injustificada do adjudicatário em assinar contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido em Edital.

## **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. Com fulcro na Lei nº 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.1.1. Advertência;

16.1.2. Multa;

16.1.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Jacarezinho; e

16.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.2. Serão aplicáveis as sanções abaixo dispostas para as infrações administrativas cometidas pelos licitantes durante o processo licitatório:





# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

16.2.1. Multa, de acordo com os seguintes percentuais:

16.2.1.1. De 0,5% do valor estimado da contratação, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida;
- b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente

justificado;

16.2.1.2. De 10% sobre o valor estimado, em caso de recusa em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente;

16.2.1.3. De 20% sobre o valor estimado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa;
- b) fraude à licitação;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846/13.

16.2.2. Impedimento de licitar e contratar, que será aplicada ao responsável em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4 a 15.1.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, de acordo com a seguinte dosimetria:

a) deixar de entregar a documentação exigida: Pena – impedimento pelo período de até 6 meses.

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena – impedimento pelo período de até 6 meses.

c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena – impedimento pelo período de até um ano.

d) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração: Pena – impedimento pelo período de até um ano.

16.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, aplicável em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.7 a 15.1.11, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.4 a 15.1.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, de acordo com a seguinte dosimetria:

a) apresentar declaração ou documentação falsa: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até quatro anos.

b) fraudar a licitação: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
PREGÃO ELETRÔNICO

– declaração de inidoneidade pelo período de até cinco anos.

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do Pregão: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

f) para os itens 15.1.4 a 15.1.6 que justifiquem imposição de penalidade mais grave: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até três anos.

16.2.3.1. Serão aplicáveis as sanções abaixo dispostas para as infrações administrativas cometidas pelo contratado:

16.2.4. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, prevista no item 16.1.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

16.2.5. Multa, de acordo com os seguintes percentuais:

16.2.5.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias corridos, contados do dia subsequente ao vencimento do prazo previsto neste contrato para o cumprimento da obrigação, termo em que poderá ser considerado descumprimento total da obrigação;

16.2.5.2. Moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato:

a) ante ao descumprimento de obrigação acessória definida nesse instrumento contratual, até o limite de 07 (sete) dias corridos, contados do dia subsequente ao vencimento do prazo previsto neste contrato para o cumprimento da obrigação, termo em que poderá ser considerado descumprimento total da obrigação;

b) ante ao descumprimento de obrigação trabalhista, previdenciária ou ambiental, até o limite de 05 (cinco) dias, contados do dia subsequente ao vencimento do prazo previsto no contrato para a apresentação da documentação comprobatória, termo em que poderá ser considerado descumprimento total da obrigação.

16.2.5.3. A multa prevista no item 16.2.5.2, “a” incidirá sobre o valor da parcela, caso o contrato estabeleça o montante relativo à obrigação acessória.

16.2.5.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste contrato.

16.2.5.4.1. Compensatória, nos seguintes percentuais:

16.2.5.4.1.1. 20% sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

16.2.5.4.1.2. 20% sobre o valor contratado, em caso de:  
contrato;



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa durante a execução do
- b) prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

16.2.6. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas cláusulas 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4, deste Edital, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, de acordo com a seguinte dosimetria:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena – impedimento pelo período de até dois anos.

b) der causa à inexecução total do contrato: Pena – impedimento pelo período de até três anos.

c) deixar de entregar a documentação exigida pela Administração contratante: Pena – impedimento pelo período de até 6 meses.

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Pena – impedimento pelo período de até um ano.

16.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos artigos "137, 138 e 139", da Lei 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, respeitada a seguinte dosimetria:

a) apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até quatro anos.

b) praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até cinco anos.

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

f) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que justifique penalidade mais grave do que o impedimento de licitar: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de 3 a 4 anos.

g) der causa à inexecução total do contrato, que justifique penalidade mais grave do que o impedimento de licitar: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de 4 a 5 anos.

16.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº. 14.133/21 e no Decreto Municipal nº. 29216/23.

16.4. Quando da aplicação de advertência, o contratado deve ser notificado formalmente que a reiteração de conduta punida ensejará a aplicação de penalidade mais severa.

16.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.8. Na aplicação da sanção de advertência e multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.9. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. Finda a instrução, o acusado poderá apresentar alegações finais em 15 (quinze) dias úteis, contados de sua intimação.

16.10. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município.

16.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e

orientações dos órgãos de controle.



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
PREGÃO ELETRÔNICO

16.12. São circunstâncias agravantes:

- a) a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;
- b) o conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;
- c) a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade; e
- d) a reincidência.

16.13. Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por idêntica infração anterior.

16.14. Não prevalece a condenação anterior, para fins de reincidência:

- a) se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido prazo superior a 5 (cinco) anos;
- b) se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

16.15. São circunstâncias atenuantes:

- a) a primariedade;
- b) a conduta do contratado para evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;
- c) a reparação do dano antes do julgamento; e
- d) confessar a autoria da infração.

16.15.1. Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

16.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

16.17. A personalidade jurídica do licitante poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o licitante, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16.18. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.19. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.20. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.7. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.8. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico

<https://jacarezinhocompramais.com.br/licitacao/?idModalidade=3>

17.9. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO III – Minuta de Contrato;



# **MUNICÍPIO DE JACAREZINHO**

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

Jacarezinho, 16 de junho de 2026.

**ANA PAULA FORMAGIO**  
**DIRETORA GERAL DE LICITAÇÃO**





# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

*(Lei Federal nº 14.133/2021 – Município de Jacarezinho/PR)*

#### 1. OBJETO

- 1.1 A presente contratação tem por objeto a seleção de instituição financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, em caráter de exclusividade, para a prestação de serviços de centralização, processamento e pagamento dos créditos provenientes da folha de pagamento salarial dos servidores públicos ativos, pensionistas do Município de Jacarezinho/PR;
- 1.2 A seleção da instituição financeira para o serviço será realizada mediante licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com **CRITÉRIO DE JULGAMENTO PELO MENOR DIVISOR**, que resultará na **MAIOR OFERTA ECONÔMICA**.

#### 2. JUSTIFICATIVA

- 2.1 A presente demanda encontra fundamento na iminência do encerramento da vigência do instrumento contratual atualmente em execução, circunstância que impõe à Administração Pública a adoção tempestiva das providências necessárias à continuidade dos serviços, em observância ao princípio da continuidade do serviço público e ao dever de planejamento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021;
- 2.2 Esta contratação autorizada pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de gerenciamento e processamento da folha de pagamento dos servidores públicos municipais ativos, pensionistas e agentes políticos da Prefeitura Municipal de Jacarezinho/Pr, mostra-se indispensável ao regular funcionamento da Administração Pública, uma vez que a execução da folha de pagamento constitui atividade contínua, essencial e de alta relevância, caracteriza-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021;
- 2.3 O processamento mensal da folha exige elevado grau de precisão, confiabilidade e eficiência, considerando o volume de informações sensíveis envolvidas e o impacto direto na subsistência dos servidores. Nesse contexto, a contratação de uma instituição financeira especializada assegura a adequada execução dos serviços, reduzindo significativamente os riscos de falhas operacionais, atrasos ou inconsistências nos pagamentos;
- 2.4 As instituições financeiras autorizadas operam sob rigorosos padrões de segurança e regulamentação, garantindo a integridade das transações, a proteção dos dados pessoais e financeiros dos servidores e a conformidade com a legislação vigente, especialmente no que se refere à segurança da informação e à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018);



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
PREGÃO ELETRÔNICO

- 2.5 A centralização da folha de pagamento em uma única instituição financeira proporciona maior eficiência administrativa, padronização dos procedimentos, simplificação dos processos de conciliação e melhor controle das operações por parte da Administração Municipal;
- 2.6 Destaca-se que a contratação gera benefícios econômicos diretos ao Município, por meio da cessão onerosa do direito de gerenciamento da folha de pagamento, em consonância com as práticas de mercado e com o princípio da economicidade, sem implicar em dispêndio de recursos públicos;
- 2.7 Dessa forma, a contratação pretendida se apresenta como medida necessária, eficiente e estratégica para garantir a continuidade, segurança e economicidade na gestão da folha de pagamento dos servidores públicos municipais.

## 3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Item	Descrição	Prefeitura	Valor de lance	Qt. Servidores	Valor por Servidor
01	Contratação de instituição financeira autorizada para prestação de serviços bancários de gerenciamento e processamento da folha de pagamento dos servidores públicos municipais folha de pagamento salarial	Pouso Alegre P. E. nº. 82/2025	R\$ 10.690.076,16	4411	R\$ 2.423,50
		Orlândia P. E. nº. 135/2025	R\$ 4.516.434,45	1719	R\$ 2.627,36
		Dispensa Jacarezinho 2021	R\$ 2.634.555,83	1049	* R\$ 2.614,71
		Santa Rita do Sapucaí P. E nº: 07/2025	R\$ 1.700.000,00	1562	R\$ 1.088,35
		Dispensa Itapoá /2025	R\$ 1.400.000,00	1071	R\$ 1.307,19
Valor Total				R\$ 10.061,11	
Valor Médio				R\$ 2.012,22	
Total servidores da Prefeitura de Jacarezinho				1.212	
Valor mínimo para a contratação				R\$ 2.438.810,64	
OBS: * Por ser dispensa de 2021 o valor médio por servidor de Jacarezinho de R\$ 2.511,49 foi calculado sobre esse valor, o INPC acumulado de 4,11%, dessa forma o valor médio atual para Jacarezinho é de R\$ 2.614,71					



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
PREGÃO ELETRÔNICO

## Segue links das pesquisas de preços

Prefeitura	Endereço
Pouso Alegre	<a href="file:///C:/Users/Maria/Downloads/8f36eee4ae3180ef4f7ebdc068595f24.pdf">file:///C:/Users/Maria/Downloads/8f36eee4ae3180ef4f7ebdc068595f24.pdf</a>
Orlândia	<a href="https://www.orlandia.sp.gov.br/novo/wp-content/uploads/2025/09/EDITAL-PREGAO-ELETRONICO-135-2025-Contratacao-de-instituicao-financeira-para-processar-os-creditos-da-folha-de-pagamento-dos-servidores.pdf">https://www.orlandia.sp.gov.br/novo/wp-content/uploads/2025/09/EDITAL-PREGAO-ELETRONICO-135-2025-Contratacao-de-instituicao-financeira-para-processar-os-creditos-da-folha-de-pagamento-dos-servidores.pdf</a>
Santa Rita do Sapucaí	<a href="https://pncp.gov.br/app/contratos/18192898000102/2025/227">https://pncp.gov.br/app/contratos/18192898000102/2025/227</a>
Andradas	<a href="file:///C:/Users/Maria/Downloads/tmpQE6Uri.pdf">file:///C:/Users/Maria/Downloads/tmpQE6Uri.pdf</a>
Jacarezinho	Em anexo

**3.1** As informações apresentadas a seguir têm o objetivo de retratar o montante financeiro da folha de pagamento do Município de Jacarezinho, bem como quantificar o público destinatário. Foram levantadas com base nos meses de março/2026 e abril/2026, de forma a demonstrar o dinamismo da folha de pagamento que pode sofrer variações, antes e durante a efetiva implementação dos serviços, em decorrência de eventuais nomeações ou exonerações.

Referência	Bruto	Líquido
Março/2026	R\$ 6.119.906,41	R\$ 3.848.446,76
Abril/2026	R\$ 6.199.308,09	R\$ 3.940.279,89

## 3.2 Tabela de servidores atualmente

Servidores	Quantidade
Aposentados	07
Pensionistas	08
Conselheiros tutelares	06
Cargos em comissão	76
Agentes políticos	15
Efetivos	1.046
Temporários	54
<b>Total servidor</b>	<b>1.212</b>



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

- 3.3** Integra o objeto desta contratação o gerenciamento e o processamento bancários da folha de pagamento do Poder Executivo do Município de Jacarezinho/PR.
- 3.4** A Contratada disponibilizará sistema digital para o processamento e encaminhamento de dados - portal de remessa de valores / salários / vencimentos / remunerações / subsídios – às suas expensas, para uso dos órgãos municipais competentes.
- 3.5** Treinamentos e orientações necessários para os servidores públicos lotados no Departamento de Gestão de Pessoas e no Departamento Contábil e Financeiro do Município a respeito do funcionamento do sistema digital disponibilizado;
- 3.6** O serviço contratado será sem ônus para o Município de Jacarezinho nos seguintes casos: serviços de processamento da folha de pagamento, concessão de crédito consignado e depósitos judiciais;
- 3.7** O Contratado terá exclusividade nos serviços de gerenciamento e processamento bancários da folha de pagamento do Poder Executivo do Município de Jacarezinho/PR pelo prazo de 60 (sessenta) meses, devendo o repasse dos respectivos valores ser creditado, em sua totalidade, na instituição financeira contratada, sem prejuízo do direito à opção de portabilidade por parte de cada agente público, consideram-se agentes públicos municipais todos os servidores públicos ativos, efetivos, comissionados, agentes políticos, pensionistas que integram a folha de pagamento do Poder Executivo municipal;
- 3.8** O pagamento aos servidores será efetuado mediante créditos em contas de titularidade dos servidores, de forma contínua, durante sua vigência, devendo o Contratado observar rigorosamente as previsões contidas nos Anexos Técnicos, as normas regulamentares expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, e demais normas estaduais que vierem a ser editadas sobre crédito de pagamento de pessoal.

## **4. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 4.1** Por se tratar de um serviço material crítico, ininterrupto e estruturado como cessão onerosa, o prazo de 5 anos é o mínimo necessário para garantir a segurança jurídica da operação, permitindo que a instituição financeira vencedora amortize os altos investimentos em tecnologia, segurança (LGPD) e o próprio valor pago ao Município pelo direito de explorar a folha;
- 4.2** Diante do exposto, a referida contratação será de 60 meses, com possibilidade de prorrogação, com base no Artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade contínua para o erário municipal.



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
PREGÃO ELETRÔNICO

## 5. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

**5.1** O início efetivo da prestação dos serviços de pagamento fica condicionado à emissão do Termo de Aceite Provisório da Implantação pelo Gestor/Fiscal do contrato, após a comprovação pela instituição financeira do cumprimento dos requisitos abaixo no prazo de 30 a 60 dias.

**5.1.1** Realização de testes de carga e validação da integração sistêmica entre o software de Recursos Humanos da Prefeitura e a plataforma bancária, garantindo a ausência de inconsistências cadastrais ou falhas de comunicação de dados;

**5.1.2** Comprovação da abertura das contas-salário de todos os servidores ativos e pensionistas da Administração, disponibilizando os cartões magnetizados e/ou acessos aos canais digitais;

**5.1.3** Estruturação e funcionamento do posto de atendimento físico no Município e dos canais de suporte digital dedicados para o esclarecimento de dúvidas e migração dos servidores.

**5.2** A avaliação da prestação dos serviços ocorrerá mensalmente pela fiscalização do contrato, com base no cumprimento dos indicadores de desempenho e conformidade mencionado abaixo.

**5.2.1** Efetivação do crédito salarial nas contas dos servidores rigorosamente na data e horário estabelecidos no calendário mensal da Prefeitura, desde que os arquivos magnéticos tenham sido transmitidos pelo Município no prazo contratual;

**5.2.2** Manutenção dos sistemas bancários operacionais e seguros para o processamento, sem registro de falhas sistêmicas que atrasem o acesso dos servidores aos seus proventos, além do estrito cumprimento das barreiras de segurança contra fraudes;

**5.2.3** Ausência de incidentes de segurança da informação ou vazamento de dados pessoais e sensíveis dos servidores, mantendo auditoria permanente sobre a rastreabilidade das operações financeiras.

**5.3** O serviço não será aceito se a instituição financeira vencedora não garantir a abrangência de atendimento exigida.

**5.3.1** Avaliação da estrutura física da(s) agência(s) local(is), que deve possuir número de caixas eletrônicos, gerentes e guichês de atendimento presencial compatíveis com o contingente de servidores do Município, evitando filas excessivas no período de pagamento;

**5.3.2** Garantia de que os postos ou agências cumpram as normas legais de acessibilidade para servidores idosos, aposentados e pensionistas com mobilidade reduzida;

**5.3.3** Disponibilização e estabilidade de aplicativo para smartphone e internet banking com isenção de tarifas de manutenção para as contas-salário vinculadas ao contrato.



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

**5.4** A avaliação mensal da eficiência do banco considerará o cumprimento de Acordos de Nível de Serviço específicos.

**5.4.1** Prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas para a instituição financeira identificar, reportar e corrigir eventuais rejeições de arquivos bancários, CPFs suspensos/irregulares ou créditos devolvidos por inconsistência cadastral;

**5.4.2** Obrigação de estorno ou reprocessamento imediato de valores creditados indevidamente ou a menor, desde que decorrentes de falha sistêmica exclusiva do banco, sem ônus para o erário municipal ou para o servidor afetado;

**5.4.3** Disponibilização tempestiva dos informes de rendimentos anuais (DIRF) para os servidores e repasse rigoroso dos valores retidos a título de empréstimos consignados às respectivas instituições credoras, nos prazos pactuados.

**5.5** Como o servidor público tem o direito constitucional de escolher onde deseja receber seus vencimentos, o banco contratado será avaliado pela lisura nesse processo.

**5.5.1** Aceitação e processamento dos pedidos de portabilidade bancária solicitados pelos servidores para outras instituições da preferência deles, sem burocracia excessiva, retenção indevida ou imposição de barreiras operacionais;

**5.5.2** Garantia de que o repasse dos valores portados para as contas de destino ocorra rigorosamente no mesmo dia do crédito efetuado pela Prefeitura, observando os limites de horário definidos pelo Banco Central do Brasil.

**5.6** Considerando que a folha envolve o tratamento de dados pessoais sensíveis e sigilo bancário.

**5.6.1** Apresentação de relatórios que comprovem o controle de acessos (logs de sistema) aos arquivos de dados enviados pela Prefeitura, assegurando que apenas pessoal autorizado teve contato com as informações funcionais dos servidores;

**5.6.2** Avaliação da eficácia dos sistemas de segurança da instituição na detecção de tentativas de fraudes, transferências suspeitas ou acessos indevidos que possam comprometer os recursos decorrentes da folha de pagamento do Município.

**5.7** O recebimento provisório deve ocorrer mensalmente de forma automática após a disponibilização total dos salários e proventos nas contas dos beneficiários, mediante a entrega, por parte do banco, dos relatórios de consolidação dos pagamentos efetuados e eventuais ocorrências como contas rejeitadas ou inconsistências de CPF.

**5.8** O recebimento definitivo deverá ser formalizado em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo subscrito. Este termo atestará a perfeita execução dos serviços no mês de referência e a regularidade do



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

banco perante as obrigações contratuais, servindo de lastro para a manutenção do vínculo e quitação mútua do período;

**5.9** O não cumprimento de qualquer um dos critérios de aceitação mensal ensejará a glosa de valores, abertura de processo administrativo sancionatório e aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no edital, sem prejuízo da responsabilização civil por eventuais danos causados aos servidores ou ao erário municipal;

**5.10** Como o objeto envolve o incremento de receita não tributária, a aceitação do contrato e a manutenção de sua vigência ficam estritamente condicionadas ao pagamento pontual e integral da contrapartida financeira devida ao Município. O atraso injustificado nesta obrigação ensejará rescisão contratual imediata por culpa da contratada.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1** A Contratada deverá apresentar Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil por Riscos Cibernéticos como condição para a assinatura ou execução do contrato. O seguro deverá cobrir, obrigatoriamente, prejuízos e indenizações decorrentes de:

**6.1.1** Vazamento, extravio, perda ou corrupção de dados e informações sigilosas do Município ou de servidores públicos).

**6.1.2** Penalidades, multas e indenizações por violação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018);

**6.1.3** Prejuízos causados por interrupções indevidas nos serviços bancários motivadas por falhas tecnológicas ou ataques cibernéticos na infraestrutura do banco.

**6.2** A Contratada deverá iniciar a execução das etapas preparatórias imediatamente após a assinatura do contrato, de modo que a efetiva prestação dos serviços de processamento de crédito ocorra ao término da fase de transição;

**6.3** O prazo para a migração de dados, processamento e abertura de contas-salário dos servidores será de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato;

**6.4** A Contratada não poderá recusar a abertura da conta em nome do servidor público municipal, ressalvadas as estritas hipóteses previstas na legislação bancária vigente.

**6.5** Deverá proceder à portabilidade bancária, quando formalmente solicitada pelo servidor, nos termos das normas do Banco Central do Brasil, devendo ser cumprida sem embaraços operacionais, executando-se a transferência eletrônica dos valores até as 12:00 horas do dia regulamentar do pagamento;





# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
PREGÃO ELETRÔNICO

- 6.6** Para os servidores que optarem por receber sua remuneração em conta exclusivamente salário, haverá isenção total de tarifas bancárias, observadas as gratuidades regulamentadas pelo Banco Central do Brasil;
- 6.7** No que tange à operacionalização das contas-salário, a Contratada deverá observar integralmente as diretrizes da Resolução CMN nº 5.058, de 15 de dezembro de 2022, do Banco Central do Brasil, em especial o disposto em seu artigo 10, sendo terminantemente vedada a cobrança de tarifas ou o ressarcimento de despesas dos beneficiários servidores públicos municipais para a prestação dos serviços regulamentados pela referida norma;
- 6.8** A Contratada disponibilizará, sem qualquer ônus para a Contratante, sistemas eficientes, auditáveis e seguros de informática, compatíveis com os padrões de tecnologia e integração definidos pelo Município, capazes de executar todas as ações necessárias ao fiel cumprimento do objeto, observadas as normas do Banco Central do Brasil e os critérios de interoperabilidade de dados;
- 6.9** A Contratada deverá proceder ao crédito nas contas individuais de cada servidor no mesmo dia da liberação da Ordem de Pagamento e transmissão dos arquivos eletrônicos efetuada pelo Município, respeitados os horários limites de processamento bancário;
- 6.10A** abertura, condições de uso e movimentação das contas obedecerão rigorosamente às normativas emitidas pelo Banco Central do Brasil e pelo Conselho Monetário Nacional;
- 6.11** Deverá ser oferecido pela Contratada aos servidores municipais:
- 6.11.1** Abertura de contas bancárias isentas de custo de adesão, disponibilizando, no mínimo, a franquia de serviços bancários essenciais e as gratuidades em conta-salário estipuladas nas resoluções vigentes do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional, bem como as gratuidades em conta corrente para os que livremente optarem por essa modalidade, nos termos da Resolução CMN nº 3.919/2010;
  - 6.11.2** Substituição do cartão magnético sem cobrança de tarifa em razão do vencimento de sua validade, desgaste natural ou no caso de furto/roubo devidamente comprovado por boletim de ocorrência. A cobrança pelo fornecimento de segunda via do cartão somente será permitida em casos de perda, danificação por culpa exclusiva do usuário ou outras razões alheias à responsabilidade da instituição financeira;
  - 6.11.3** Comunicação prévia e contratação expressa com os servidores acerca de quaisquer tarifas por serviços adicionais ou pacotes de benefícios personalizados, mantendo estrita observância às normas de proteção ao consumidor e do Banco Central do Brasil;



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

- 6.11.4** Processamento e lançamento pontual dos créditos referentes aos valores líquidos das folhas de pagamento mensais, 13º salário, férias, rescisões e demais vantagens pecuniárias originárias do vínculo jurídico-administrativo ou estatutário estabelecido entre os servidores da Administração Direta e Indireta do Município de Jacarezinho/PR;
- 6.11.5** A Contratada deverá possuir e manter agência física em pleno funcionamento localizada no perímetro urbano do Município de Jacarezinho/PR, dotada de infraestrutura técnica, tecnológica e de segurança compatível com o atendimento do contingente funcional do Município;
- 6.11.6** A estrutura de atendimento presencial destinada aos servidores municipais na agência local deverá disponibilizar, no mínimo, 02 (dois) funcionários ou atendentes exclusivos voltados ao suporte, triagem e atendimento das demandas do funcionalismo nos períodos de pico da folha de pagamento;
- 6.11.7** A Contratada deverá indicar formalmente, no ato de assinatura do contrato, um gestor/gerente responsável direto pelo atendimento e interlocução com a Contratante;
- 6.11.8** A instituição financeira deverá disponibilizar, na sede de sua agência física no Município, no mínimo, 02 (dois) terminais de Autoatendimento Eletrônico (caixas eletrônicos). Os referidos terminais deverão ser mantidos permanentemente operacionais, abastecidos com numerário e insumos necessários ao bom atendimento, intensificando-se a manutenção e o abastecimento nos períodos mensais de maior demanda decorrentes do pagamento do Município;
- 6.11.9** Manter permanentemente atualizado, para efeito de pagamento, auditoria e consulta da fiscalização, o cadastro dos servidores e, se legalmente válido e munido de procuração ou instrumento público de tutela/curatela, de seus representantes legais, observando-se as restrições de segurança da informação.
- 6.11.10** Proceder ao bloqueio imediato do cartão magnético e dos acessos eletrônicos da conta quando houver solicitação expressa do titular ou de seu representante legal devidamente constituído, por razões de segurança, perda ou extravio;
- 6.11.11** Arcar com todas as despesas necessárias à confecção, divulgação e distribuição de materiais informativos, cartilhas digitais ou comunicados oficiais necessários à orientação dos servidores acerca das ações de transição e execução decorrentes do contrato, sem repasse de custos à CONTRATANTE;



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

- 6.11.12** Todos os custos, insumos, logística e espaços necessários para o cadastramento e abertura de contas dos membros e servidores do Município de Jacarezinho/PR, incluindo a Prefeitura Municipal, fundos municipais, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, devendo as ações de atendimento presencial ser previamente coordenadas com a CONTRATANTE para conciliação com os horários de expediente e disponibilidade das secretarias, evitando prejuízos aos serviços públicos essenciais;
- 6.11.13** Deverá apresentar à Secretaria Municipal de Administração o cronograma detalhado de cadastramento e transição em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, indicando os locais de atendimento, horários e dimensionamento da equipe de suporte em proporção ao número de servidores, ficando o início das atividades sujeito à aprovação expressa da CONTRATANTE;
- 6.11.14** Indicar à CONTRATANTE, formalmente, os responsáveis técnicos pela operacionalização, suporte e transmissão de arquivos do sistema de folha de pagamento, mantendo canais de comunicação direta para a resolução de contingências tecnológicas.
- 6.11.15** Qualquer alteração estrutural, encerramento de atividades da agência local ou modificação substancial nos canais de atendimento físico em Jacarezinho/PR deverá ser comunicada oficialmente à CONTRATANTE com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, sob pena de rescisão contratual por culpa da contratada, aplicação de sanções administrativas e responsabilização civil por perdas e danos;
- 6.11.16** Executar todos os serviços decorrentes deste objeto em absoluto sigilo, obrigando-se por si e por seus prepostos a não divulgar, comercializar ou expor, por qualquer modo e a qualquer título, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, qualquer dado cadastral, financeiro ou funcional dos servidores municipais, sob as penas da Lei Complementar nº 105/2001 (Sigilo Bancário) e em estrita observância aos princípios, fundamentos e obrigações estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), sob pena de imediata responsabilização administrativa, civil e criminal;
- 6.11.17** Garantir, manter e aprimorar continuamente a qualidade, a estabilidade e a segurança dos serviços prestados à CONTRATANTE e aos servidores, incorporando as atualizações tecnológicas do mercado financeiro;
- 6.11.18** Realizar todas as adaptações e parametrizações em seus softwares e sistemas de recepção de arquivos de remuneração que se fizerem necessárias ao perfeito



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

alinhamento com o sistema de Recursos Humanos e folha de pagamento utilizado pela Prefeitura Municipal, sem qualquer custo adicional para o Município;

**6.11.19** Manter cópia de segurança (backups) e histórico de todos os arquivos de remuneração e relatórios de retorno enviados pela CONTRATANTE durante todo o período de vigência contratual, respeitados os prazos legais de guarda de documentos públicos e as normas regulamentares específicas;

**6.11.20** Solicitar anuência prévia e por escrito à CONTRATANTE em caso de implementações de alterações estruturais no sistema de pagamento que impliquem modificações nos procedimentos operacionais internos do Município ou na rotina de movimentação financeira dos servidores;

**6.11.21** A instituição financeira contratada deverá buscar constantemente o aprimoramento dos produtos e serviços oferecidos aos servidores municipais, bem como manter assessoria especializada para o esclarecimento de dúvidas sobre investimentos e produtos bancários de forma transparente e competitiva;

**6.11.22** Fornecer no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, quaisquer relatórios, dados gerenciais, certidões ou informações solicitadas formalmente e por escrito pela fiscalização do contrato da CONTRATANTE;

**6.11.23** Efetuar o recolhimento do valor financeiro ofertado a título de outorga pela cessão onerosa do direito de gerenciamento da folha de pagamento em 02 (duas) parcela iguais, sendo 50% (cinquenta por cento) em até 10 (dez) dias, após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município e os 50% (cinquenta por cento) restantes em até 10 (dez) dias após o 1º processamento da folha de pagamento, mediante depósito identificado ou ordem bancária a ser creditada na conta corrente indicada pelo Município de Jacarezinho/PR, constituindo receita não tributária de livre aplicação, sob pena de imediata perda do objeto e rescisão contratual.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Transmitir à CONTRATADA, mensalmente, os arquivos eletrônicos contendo a relação nominal dos servidores ativos, inativos e pensionistas, seus respectivos CPFs, dados bancários e os valores líquidos a serem creditados, observando o prazo de antecedência mínima estipulado no cronograma financeiro do Município;

**7.1** Efetuar a transferência global dos recursos financeiros necessários à cobertura integral da folha de pagamento por Ordem de Pagamento para a conta centralizadora mantida na instituição



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

financeira contratada, em tempo hábil para o processamento dos créditos nas datas regulamentares;

- 7.2 Adequar, sempre que necessário e em colaboração técnica com o banco, os arquivos magnéticos gerados pelo sistema de Recursos Humanos da Prefeitura aos padrões operacionais exigidos pela CONTRATADA e pelas normas do Banco Central do Brasil;
- 7.3 Atualizar periodicamente as informações funcionais e cadastrais básicas do funcionalismo público que possuam reflexo direto no processamento dos créditos bancários, notificando a CONTRATADA sobre novas admissões, exonerações, aposentadorias ou falecimentos;
- 7.4 Facilitar, dentro das possibilidades das secretarias e órgãos municipais, a divulgação do cronograma de abertura de contas e orientar os servidores sobre a necessidade de comparecimento presencial ou acesso digital aos canais do banco;
- 7.5 Fornecer caso haja interesse público e disponibilidade técnica, espaço físico temporário nas dependências do Paço Municipal ou em prédios públicos para que a CONTRATADA possa realizar plantões exclusivos de atendimento e triagem dos servidores durante a fase de transição/implantação, se assim pactuado pelas partes;
- 7.6 Indicar formalmente, por meio de ato administrativo próprio, o Gestor e os Fiscais (titular e substituto) do contrato, os quais serão responsáveis pelo acompanhamento diário da prestação dos serviços, verificação do cumprimento de metas e emissão dos termos de recebimento provisório e definitivo;
- 7.7 Comunicar à CONTRATADA, por escrito e imediatamente após a ciência, quaisquer falhas, inconsistências, atrasos nos créditos ou indícios de irregularidades operacionais identificadas no processamento da folha, fixando prazo razoável para a devida regularização ou justificativa técnica;
- 7.8 Instaurar processo administrativo sancionatório para a apuração de descumprimentos contratuais e aplicar as penalidades regulamentares cabíveis, assegurando à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa;
- 7.9 Prestar todas as informações, esclarecimentos e documentos solicitados pela CONTRATADA que se façam estritamente necessários ao fiel cumprimento do objeto, desde que formalmente requisitados e permitidos pela legislação;
- 7.10 Manter absoluto sigilo sobre dados comerciais, sistemas e segredos de negócio da instituição financeira que venham a ser compartilhados em razão do contrato. Do mesmo modo, exigir que o compartilhamento mútuo de dados dos servidores para fins de folha de pagamento atenda exclusivamente à finalidade legal do contrato, coibindo o uso dos dados funcionais para



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

finalidades alheias (como a oferta não autorizada de produtos comerciais fora do previsto em lei), nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

## 8. FORMA DE PAGAMENTO

**8.1** O recolhimento do valor ofertado pela CONTRATADA deverá ser realizado em 2 (duas) parcelas, nos termos do subitem 6.11.23 (item 6 - Obrigações da Contratada).

**8.2** O pagamento será feito mediante ordem bancária creditada na conta corrente da Prefeitura do Município de Jacarezinho/PR, conforme os dados bancários abaixo:

BANCO DO BRASIL

Agência 0100-7

Conta Corrente nº. 7.000-9

CNPJ: 76.966.860/0001-46

**8.3** Fica disponibilizado às instituições bancárias interessadas o presente certame licitatório para a seleção da proposta mais vantajosa para o Município de Jacarezinho. O preço de referência estipulado para o lance mínimo é de R\$ 2.438.810,64.

## 9. FISCAL DE CONTRATO

**9.1** Ficam nomeados como fiscais do contrato os servidores **Karla Regina da Silva Lima**, e **Paulo Rogerio Amancio**.

## 10. SANÇÕES E PENALIDADES

Sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação vigente, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades específicas, decorrentes da natureza do objeto bancário:

**10.1**Multa moratória: No percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, incidente sobre o valor total da outorga, limitada ao teto de 20% (vinte por cento), aplicável em caso de atraso no cumprimento das obrigações contratuais prazadas;

**10.2**Multa compensatória: No percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da outorga, aplicável em caso de descumprimento grave de obrigação contratual, tais como atraso no crédito salarial dos servidores, violação de sigilo bancário, entre outros incidentes de igual gravidade;

**10.3**Prazo de Regularização: Constatada falha operacional na prestação dos serviços, a Contratada será notificada para sanar o vício no prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de aplicação de multa diária a ser arbitrada pela Administração, respeitados os limites legais;

**10.4**Suspensão temporária de licitar com o município por até 2 anos;



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

**10.5** Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, por violação de sigilo bancário/LGPD ou fraude;

**10.6** Rescisão unilateral com retenção de valores pagos a título de outorga.

## **11. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**11.1A** CONTRATADA assume total e exclusiva responsabilidade por todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, devendo manter o Município de Jacarezinho/PR integralmente incólume e indene de qualquer processo, procedimento administrativo, ação judicial, reclamação trabalhista ou reivindicação de terceiros;

**11.2A** CONTRATADA é reconhecida, em quaisquer circunstâncias, como única e exclusiva empregadora de todo o pessoal utilizado na execução dos serviços objeto deste instrumento, cabendo-lhe o cumprimento integral de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, securitárias e comerciais correlatas, cuja inadimplência não transfere qualquer ônus ou responsabilidade ao Município de Jacarezinho/PR, nos termos do art. 121, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

**11.3** Na eventualidade de o Município de Jacarezinho/PR vir a ser incluído no polo passivo de qualquer demanda judicial ou administrativa decorrente deste objeto, a CONTRATADA obriga-se a requerer formalmente a exclusão do ente público da lide ou assumir a responsabilidade direta pelo litígio. Caso o Município venha a sofrer qualquer condenação, bloqueio judicial de verbas públicas ou despesa processual, a CONTRATADA deverá proceder ao ressarcimento imediato e integral dos valores despendidos pela Administração, devidamente atualizados monetariamente pelos índices oficiais vigentes, incluindo custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo da retenção de créditos contratuais e aplicação das sanções legais cabíveis.





# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
PREGÃO ELETRÔNICO

## ANEXO II

### MODELO DE PROPOSTA

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ Empresa:

Denominação social:

Inscrição estadual ou municipal:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

Nº do Banco:

Banco:

Agência:

Conta Corrente (com

dígito):

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Divisor Ofertado	Valor Total Outorga
1	Contratação de instituição financeira autorizada para prestação de serviços bancários de gerenciamento e processamento da folha de pagamento dos servidores públicos municipais (ativos, inativos e pensionistas), incluindo a Administração Direta e Indireta do Município de Jacarezinho/PR, conforme especificações do edital e do termo de referência.	GLOBAL	1		

**OUTORGA DEVIDA AO MUNICÍPIO: R\$** \_\_\_\_\_

- O valor ofertado corresponde à contrapartida financeira que a CONTRATADA pagará ao CONTRATANTE pela execução dos serviços, nos termos da minuta de contrato.
- O valor da proposta é líquido, não cabendo qualquer retenção de parcela ou percentual a qualquer título.
- O valor ofertado não poderá ser inferior ao valor mínimo estabelecido no edital, considerando-se que os valores ofertados pelas licitantes serão tratados como acréscimos sobre o referido valor mínimo.
- A licitante declara que conhece integralmente as condições do edital e da minuta de contrato, em especial aquelas relativas ao pagamento em duas parcelas (50% após publicação do extrato e 50% após o primeiro processamento da folha), multas, rescisão, sigilo, LGPD e fiscalização.
- A proposta tem validade de 90 (noventa) dias, conforme solicitado no edital.

*Local e data*

\_\_\_\_\_  
*Representante Legal ou Procurador do Licitante  
(nome e assinatura)*



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
PREGÃO ELETRÔNICO

## ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO \_\_\_\_/2026

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO E GERENCIAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE JACAREZINHO-PR E A EMPRESA

NA FORMA ABAIXO:

O **MUNICÍPIO DE JACAREZINHO**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF nº 76.966.860/0001-46, com sede na Rua Cel. Batista, 335, Centro, nesta cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. *Marcelo José Bernardeli Palhares*, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Jacarezinho, PR, na Rua João Paneguini, 46, Parque dos Mirantes, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.789.283-4 SSC/PR, inscrito no CPF sob nº 031.836.199-03, a seguir denominado CONTRATANTE, e o(a) empresa, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, firma o presente contrato, tendo em vista o constante e decidido no **Processo Administrativo nº 2.479/2026**, doravante referido por Processo, em consequência da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026**, devidamente homologada pelo Prefeito Municipal de Jacarezinho/PR, nos termos da Lei [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), subsidiariamente, as quais as partes se sujeitam, inclusive para os casos omissos, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo tem como objeto a Contratação de Instituição Financeira Pública ou Privada para operar os serviços de processamento e gerenciamento de créditos da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas abrangendo os admitidos durante a vigência e execução do contrato da Administração Direta e Indireta do Município de Jacarezinho, Estado Paraná, sem ônus para a Contratante pelo o período de vigência.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

A CONTRATADA pagará a CONTRATANTE o valor global de R\$ \_\_\_\_\_ (xxxxxxx), conforme ofertado na proposta.

**Parágrafo Primeiro** - O valor ofertado na proposta deverá ser líquido, não cabendo a CONTRATADA a retenção de parcela ou percentual a qualquer título.

**Parágrafo Segundo** - Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos valores, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO/REMUNERAÇÃO

Nenhum pagamento será devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA ou a terceiros, correndo por conta desta todas as despesas aludidas neste contrato, bem como quaisquer outras que venham a se relacionar com o objeto deste contrato.



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
PREGÃO ELETRÔNICO

**Parágrafo Primeiro** - O valor da contrapartida financeira decorrente da presente contratação corresponde ao montante total de **R\$...** conforme proposta vencedora do procedimento licitatório, integrante e indissociável deste contrato.

O valor total ofertado pela instituição financeira vencedora deverá ser pago em moeda corrente nacional, em 02 (duas) parcela iguais, sendo 50% (cinquenta por cento) em até 10 (dez) dias, após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município e os 50% (cinquenta por cento) restantes em até 10 (dez) dias após o 1º processamento da folha de pagamento, mediante depósito identificado ou ordem bancária a ser creditada na conta corrente indicada pelo Município de Jacarezinho/PR, constituindo receita não tributária de livre aplicação, sob pena de imediata perda do objeto e rescisão contratual.

**Parágrafo Segundo** - O comprovante da transação deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Administração, no setor Financeiro, no prazo de até 03 (três) dias após o pagamento.

**Parágrafo Terceiro** - O pagamento será feito mediante ordem bancária creditada na conta corrente da Prefeitura do Município de Jacarezinho/PR, conforme os dados bancários abaixo:

BANCO DO BRASIL Agência 0100-7  
Conta Corrente nº. 7.000-9  
CNPJ: 76.966.860/0001-46

## CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DO PRAZO PARA O INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

O presente contrato terá vigência por um período de 60 (sessenta) meses consecutivos, contados de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, podendo ser renovado mediante acordo entre as partes.

**Parágrafo Primeiro** - O processamento da primeira folha de pagamento pela instituição vencedora do certame, deverá ocorrer no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, isto mediante acordo entre as partes.

**Parágrafo Segundo** - Entende-se como processamento da folha de pagamento o efetivo crédito dos salários nas contas dos servidores e pensionistas.

**Parágrafo Terceiro** - Neste prazo está incluído todos procedimentos necessários para abertura e efetivação das contas salários/correntes.

## CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Não haverá nenhuma despesa pública na pactuação orçamentária e encargos ao CONTRATANTE, sendo que este contrato será realizado sem desembolso para o mesmo, inclusive perante terceiros, por eventuais danos que a presente permissão possa causar.

## CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

O CONTRATANTE acompanhará e fiscalizará a execução do objeto do contrato e notificará a CONTRATADA sobre as ocorrências que exijam medidas corretivas, quando se fizer necessário, cabendo a CONTRATADA a sua imediata correção, sem prejuízo das sanções aplicáveis pelo CONTRATANTE.

**Parágrafo Primeiro** - A fiscalização do contrato não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA na execução do objeto contratado, inclusive por danos que possam ser causados à Administração ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da CONTRATADA na execução



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
PREGÃO ELETRÔNICO

do contrato.

**Parágrafo Segundo** - A fiscalização e responsabilidade pelo fornecimento dos serviços ficarão a cargo da Secretaria da Administração, que será responsável pelo atestado da qualidade dos serviços prestados, através de seu gestor contratual.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A **CONTRATANTE** obriga-se a:

- a) A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 14.133/2021.
- b) Em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, a PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREZINHO deverá repassar à Contratada, arquivo informatizado contendo os dados dos servidores, indicados no artigo 4º da Resolução 3.402/06 do Banco Central do Brasil.
- c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor ou comissão especialmente designada, o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, sob os aspectos quantitativo e qualificativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.
- d) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- e) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar suas obrigações dentro das normas do contrato.
- f) Promover a divulgação aos seus servidores, dos procedimentos a serem observados para abertura das contas correntes ou contas salários junto à Contratada, cabendo aos servidores a escolha por qual tipo de conta deseje receber seus pagamentos.
- g) O Município não assume qualquer responsabilidade pelos compromissos assumidos por seus servidores.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A **CONTRATADA** obriga-se a:

- a) Cumprir todas as exigências presentes neste contrato, no edital, termo de referência e da proposta.
- b) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente contrato.
- c) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- e) Garantir, manter e melhorar a qualidade dos serviços prestados à Contratante, de maneira competitiva no mercado;
- f) Realizar todas as adaptações de seus softwares, necessárias ao aprimoramento e perfeito funcionamento do sistema de pagamento das remunerações dos servidores;
- g) Providenciar a correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante na execução do objeto contratual;
- h) Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do contrato que não terão nenhum vínculo empregatício com a Contratante;
- i) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais,



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**

comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

j) Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor do contratante encarregado de acompanhar a execução do contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

k) Cumprir as disposições da Res. 3.402/06 e 3.919/10 do BACEN que estabelece as condições para a prestação de serviços de pagamento de salários, aposentadorias e similares sem cobrança de determinadas tarifas, bem como as demais disposições legais e procedimentos pertinentes ao serviço objeto do presente;

l) Adotar os procedimentos previstos nas normas regulamentares expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, bem como, as normas estaduais que vierem a ser editadas sobre crédito de pagamento de salários;

m) Permitir à Contratante, por meio de sistema eletrônico seguro, o acesso a relatórios consolidados e extratos referentes aos créditos efetivados na folha de pagamento, bem como a informações não individualizadas sobre as contas dos servidores, na forma definida no Termo de Referência.

n) Processar a folha de pagamento a partir de arquivo de dados gerados no ambiente da própria Contratante, com “arquivo retorno” do banco para conferência e acompanhamento dos débitos/créditos;

o) Cumprir as normas de segurança interna, inclusive quanto ao acesso e controle do seu pessoal às dependências do Município, prestando informações sobre toda e qualquer ocorrência ou anormalidade que possa comprometer a segurança de bens e pessoas;

p) Comunicar imediatamente, ao Município, a ocorrência de qualquer acontecimento extraordinário envolvendo danos à área ocupada, suas instalações e equipamentos;

q) A instituição financeira se compromete a executar os serviços, em absoluto sigilo, por seus prepostos, ficando assim vedada a divulgação, por qualquer modo e a qualquer título, sem prévia e expressa autorização do Município, de qualquer dado ou informação acerca do cadastro funcional /ou valores remuneratórios de seus funcionários;

r) Informar ao Município o número de funcionários da instituição financeira que trabalharão na área cedida;

s) Identificar os funcionários em serviço com uso permanente de crachá da instituição financeira;

t) Responsabilizar-se pela guarda e conservação de todos os bens de sua propriedade, destinados à exploração de suas atividades, arcando com as despesas necessárias à prevenção de incêndio que garantam seus bens, não cabendo ao Município arcar por eventual avaria, desaparecimento ou inutilização dos mesmos;

u) Disponibilizar relatórios periódicos, analíticos e sintéticos, em arquivo de dados em meio eletrônico, contemplando, pagamentos efetuados, bloqueados, desbloqueados, por período, nome, CPF, agência, conta e valor, mediante solicitação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para os pagamentos realizados nos últimos 60 (sessenta) dias e no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, para os realizados em períodos superiores ao anteriormente referido;

v) Caso o serviço não esteja sendo executado de acordo com as especificações previstas neste Termo de Referência, a Contratada será notificada por escrito, devendo corrigi-los em prazos razoáveis a serem fixados pela Administração Pública, sem qualquer ônus para a Contratante.

w) Após findar o contrato, a Contratada terá prazo máximo de 30 (trinta) dias para desinstalar e retirar os PAE.



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
PREGÃO ELETRÔNICO

- x) Não caberá a Contratada, indenização de qualquer tipo devido a desinstalação e retirada do PAE em virtude do término do Contrato.
- y) Em havendo necessidade, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições da proposta, na forma da Lei nº 14.133/2021.

## CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão do presente contrato as situações previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, e ainda:

- a) Quando pela reiteração das impugnações efetuadas pela CONTRATANTE ficar evidenciado a incapacidade da CONTRATADA de executar o objeto do presente contrato, ou dar continuidade ao mesmo;
- b) O cometimento reiterado das faltas previstas na cláusula Décima Segunda;
- c) Quando ocorrerem razões de interesse público justificado.

**Parágrafo Primeiro** - Em caso de rescisão sem culpa da Contratada, deverá haver denúncia prévia com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência, e será procedido a um ajuste do valor a ser ressarcido relativo ao período dos serviços não executados, sendo devolvido o valor proporcionalmente ao prazo ainda a decorrer do contrato, corrigindo-se os valores pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou, na falta deste, pelo índice legal que o substituir.

**Parágrafo Segundo** - A CONTRATADA, em caso de rescisão administrativa, reconhece todos os direitos do CONTRATANTE, consoante prevê os artigos 136 a 139 da lei vigente.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOCUMENTAÇÃO

Integram este instrumento, como se nele estivessem transcritos, obedecidos os termos da legislação sobre contratos públicos, os seguintes documentos:

- a) O edital pertinente ao **PREGÃO Nº \_\_\_\_/2026** e o Anexo I (Termo de Referência);
- b) Proposta da CONTRATADA;
- c) Ata da sessão da licitação.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, bem como o descumprimento das condições e prazos previstos neste Contrato ou na legislação aplicável à execução do objeto, sujeitará a contratada às sanções administrativas previstas nos artigos 155 a 161 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da reparação integral dos danos causados à Administração.

**Parágrafo Primeiro:** A recusa se configura a partir do 5º dia útil da data da notificação para retirada e devolução devidamente assinado. Também incide nas mesmas sanções a microempresa e empresa de pequeno porte que, uma vez consultada, valer-se do tratamento privilegiado de que trata os artigos 42 e 43, da Lei Complementar 123/2006, e que, sem justo motivo deixar de contratar por não apresentar a regularidade tempestiva da situação fiscal.

**Parágrafo Segundo:** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração;

**Parágrafo Terceiro:** Na hipótese de não assinatura dos termos de aditamento ao contrato no prazo





# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
PREGÃO ELETRÔNICO

de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação efetuada pela CONTRATANTE via Diário Oficial do Município, sem prejuízo da aplicação da pena prevista no parágrafo primeiro, bem como da aplicação da multa prevista no parágrafo quarto, o ajuste estará sujeito à rescisão por culpa da CONTRATADA;

**Parágrafo Quarto:** O descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções administrativas:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a administração pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;
- d) Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado, na execução de serviços, calculado sobre o valor do contrato, a contar do primeiro dia útil da data fixada para a entrega do serviço até o limite de 40 (quarenta) dias de atraso;
- e) Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, na execução de serviços, calculado, a partir do trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor do contrato, sem prejuízo da rescisão deste contrato a partir do sexagésimo dia de atraso;
- f) Os atrasos superiores a 60 (sessenta) dias corridos serão obrigatoriamente considerados como inexecução, sem prejuízo da rescisão do contrato;
- g) Multa de 5% sobre o valor do contrato, quando entregue em desacordo com as especificações do Edital e do Contrato, sem prejuízo de sua substituição ou complementação, no prazo estabelecido;
- h) Multa de 5% sobre o valor do contrato, por problemas técnicos relacionados com os serviços executados, independentemente de correção, no prazo estabelecido pela contratante;
- i) Findo o prazo estabelecido, em não sendo resolvidos os problemas, será considerado inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.
- j) Multa de 5% (cinco por cento) do valor restante do contrato em caso de desistência após sua assinatura, calculado sobre a parte inadimplida, sem prejuízo da rescisão do contrato;
- k) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato em caso de inexecução parcial do contrato, sem prejuízo da rescisão do contrato;
- l) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato em caso de inexecução total;
- m) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato caso aja recusa em executar o serviço, no qual será entendido como recusa o atraso de 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado;
- n) Multa pela demora em corrigir falha na prestação do serviço, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,30% (trinta centésimos por cento) do valor do contrato, por dia decorrido;
- o) Multa pela recusa em corrigir as falhas na prestação do serviço, entendendo-se como recusa o serviço não efetivado nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- p) A inexecução parcial ou total do contrato poderá ensejar sua rescisão nos termos dos artigos 137, 139 e 139 da Lei 14.133/2021, podendo a empresa ser suspensa para licitar, impedida de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos, e ainda, se for o caso, ser declarada inidônea.





# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
PREGÃO ELETRÔNICO

**Parágrafo Quinto:** A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

**Parágrafo Sexto:** Multa moratória: No percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, incidente sobre o valor total da outorga, limitada ao teto de 20% (vinte por cento), aplicável em caso de atraso no cumprimento das obrigações contratuais prazadas;

**Parágrafo Sétimo:** As multas previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, respeitado o limite máximo de 20% (vinte por cento) do valor global do contrato, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas e da obrigação de indenizar.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto deste contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º As supressões que excederem o limite de 25% (vinte e cinco por cento) somente poderão ser realizadas mediante acordo entre as partes.

§ 2º Os acréscimos ou supressões deverão observar as hipóteses previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, preservado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

§ 3º As alterações contratuais serão formalizadas por meio de termo aditivo, devidamente motivado e precedido de justificativa técnica e autorização da autoridade competente.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PLD/FT

A CONTRATADA não pactua com comportamentos ou atos ilícitos e possui política organizacional que preza pela Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT).

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CONFIDENCIALIDADE

É vedada a divulgação por qualquer das partes ou de seus credenciados, a qualquer tempo e sob qualquer forma ou natureza, de dados e informações confidenciais obtidos em virtude do CONTRATO, salvo se com o prévio e expresso consentimento da outra parte, sob pena de responderem legalmente por quebra de sigilo profissional, bem como ficar caracterizado o crime previsto na Lei Complementar 105/2001.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - LGPD

As partes declaram expressamente, ainda, terem conhecimento e estarem plenamente adaptadas às previsões e exigências da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei 13.709/2018, especialmente no que diz respeito à segurança dos dados, assegurando que qualquer eventual tratamento de dados que possa ocorrer em decorrência do presente contrato será realizado em estrita observância e conformidade com os preceitos da citada legislação e das políticas de privacidade individualmente estabelecidas pelas partes, assumindo a exclusiva responsabilidade sobre quaisquer incidentes de segurança ou tratamento de dados pessoais em desconformidade com a legislação de regência e, por conseguinte, isentando a outra parte de qualquer responsabilidade solidária ou mesmo subsidiária.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUDITORIA



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
PREGÃO ELETRÔNICO

Mediante prévia comunicação entre as partes, o Banco Central do Brasil e as auditorias internas e externas da CONTRATANTE poderão ter pleno acesso a todos os termos deste contrato, à documentação e às informações referentes aos serviços prestados, inclusive às dependências das PARTES, bem como a qualquer outro elemento necessário à consecução dos trabalhos de fiscalização e auditoria, na verificação do gerenciamento de risco operacional da CONTRATADA.

**Parágrafo único.** O acesso de que trata o *caput* independe de autorização das partes contratantes, devendo o Banco Central do Brasil apenas ser comunicado previamente, para fins de ciência e coordenação logística, não podendo a CONTRATADA ou a CONTRATANTE opor resistência à fiscalização direta exercida pela autarquia federal.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato e seus eventuais termos aditivos terão sua eficácia condicionada à publicação do respectivo extrato, na forma do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sem prejuízo da publicação na Imprensa Oficial do Município de Jacarezinho/PR, para fins de transparência e controle social.

§ 1º Todos os atos administrativos, comunicações, notificações, advertências e sanções aplicadas pela Prefeitura Municipal de Jacarezinho/PR à CONTRATADA serão formalizados por meio oficial, preferencialmente por publicação na Imprensa Oficial do Município, no PNCP ou por outro meio eletrônico institucional que assegure a ciência inequívoca da contratada.

§ 2º Considerar-se-ão válidas, para todos os efeitos legais, as comunicações realizadas na forma deste contrato, inclusive para fins de contagem de prazos administrativos.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da comarca de Jacarezinho, Estado do Paraná, independentemente de qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, respondendo por si e por seus legais sucessores.

Jacarezinho/PR, em \_\_\_ de \_\_\_ de 2026.

---

**Marcelo José Bernardeli Palhares**  
Município de Jacarezinho  
Prefeito Municipal

---

**Empresa**  
**Representante Legal**



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná  
**PREGÃO ELETRÔNICO**